Virgílio de Oliveira Soares, 1.º escalão, índice 269.
 Maria de Jesus Barreiros Marques Berga, 1.º escalão, índice 269.
 Ivo Santiago de Sousa Freitas, 1.º escalão, índice 269.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Outubro de 2007. — O Chefe da Secretaria, *Fernando José do Carmo Damil*, tenente-coronel.

MARINHA

Arsenal do Alfeite

Despacho (extracto) n.º 25 802/2007

Por despacho do administrador do Arsenal do Alfeite de 23 de Outubro de 2007, Mateus Andrade Ferreira, técnico de manutenção de sistemas do nível 3, é exonerado a seu pedido, com efeitos a partir de 23 de Novembro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Outubro de 2007. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime Batista de Figueiredo*.

Superintendência dos Serviços de Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Militarizados e Civis

Despacho (extracto) n.º 25 803/2007

Por despacho de 8 de Outubro de 2007 do chefe da Repartição de Militarizados e Civis, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, foram promovidos Carlos Jorge Aveiro Vítor e Nélvio Boaventura Aveiro Vítor, faroleiros de 2.ª classe (secção da Madeira) do quadro do pessoal militarizado da Marinha, o primeiro por antiguidade e o segundo por escolha, a faroleiros de 1.ª classe da mesma secção e do mesmo quadro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Outubro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Emanuel José de Santo António de Pinto e Lobo*, capitão-de-mar-e-guerra.

Repartição de Sargentos e Praças

Despacho n.º 25 804/2007

Por despacho de 17 de Outubro de 2007, por subdelegação do contra-almirante director do Serviço de Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de cabo da classe de radaristas, ao abrigo do artigo 286.º e do n.º 3 do artigo 62.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), o militar 9305602, primeiro-marinheiro R Ricardo Filipe Oliveira Duarte (no quadro), a contar de 11 de Setembro de 2007, data a partir da qual reúne condições especiais de promoção, lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga existente no quadro, resultante do ingresso na categoria de sargentos, no posto de segundo-sargento dos quadros permanentes do 6318691, cabo R Vítor Manuel Sares Viegas em 1 Outubro de 2004.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 216801, cabo R Ricardo Miguel Vieira Coelho, e à direita do 9323699, cabo R Rui Miguel Anselmo Marques.

17 de Outubro de 2007. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 25 805/2007

Por despacho de 23 de Outubro de 2007, por subdelegação do contra-almirante director do Serviço de Pessoal, promovo ao posto de segundo-marinheiro, em regime de contrato da classe da taifa, subclasse despenseiro, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), a contar de 31 de Maio de 2007, o militar 9318505, primeiro-grumete TFD RC Ana Teresa Simões Beato.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9326005, segundo-marinheiro TFD RC João José Chambel Ferro, e à direita

do 9320105, segundo-marinheiro TFD RC Ricardo Jorge Guerreiro Batista.

23 de Outubro de 2007. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 25 806/2007

Por despacho de 23 de Outubro de 2007, por subdelegação do contra-almirante director do Serviço de Pessoal, promovo ao posto de segundo-marinheiro, em regime de contrato, da classe da taifa, subclasse despenseiro, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), a contar de 31 de Maio de 2007, o militar 9327205, primeiro-grumete TFD RC Hugo Miguel Gomes Desidério.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9327505, segundo-marinheiro TFD RC Mauro Ulisses de Oliveira Cândido, e à direita do 9327605, segundo-marinheiro TFD RC Davide Manuel Lucas de Almeida.

23 de Outubro de 2007. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 25 807/2007

Por despacho de 23 de Outubro de 2007, por subdelegação do contra-almirante director do Serviço de Pessoal, promovo ao posto de segundo-marinheiro, em regime de contrato, da classe de comunicações, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 305.º e do n.º 3 do artigo 62.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), a contar de 31 de Maio de 2007, o militar 9323605, primeiro-grumete C RC Edgar Marques Martinho.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9324705, segundo-marinheiro C RC Nuno Miguel Martins Lopes, e à direita do 9325105, segundo-marinheiro C RC Gonçalo Barão Mestre.

23 de Outubro de 2007. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz*, capitão-de-mar-e-guerra.

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Direcção de Administração de Recursos Humanos

Repartição de Pessoal Militar

Portaria n.º 991/2007

Por portaria de 8 de Agosto de 2007 do general Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c), do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, 217.º, n.º 1, alínea c) e 240.º do referido Estatuto, o CAP TMANMAT 05294681, Jorge Rodrigues Ribeiro Cid.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto desde 18 de Junho de 2007, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidade do seu quadro especial à esquerda do MAJ TMANMAT 18725181, António José Branco Pinto.

19 de Setembro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Óscar Humberto Almeida Megre Barbosa*, COR INF.

Portaria n.º 992/2007

Por portaria de 1 de Outubro de 2007 do tenente-general ajudante-general do Exército, no uso da delegação de competências conferida pelo despacho n.º 4316/2007, de 31 de Janeiro, e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 9 de Março de 2007, do general Chefe do Estado-Maior do Exército, ingressaram no quadro permanente da arma de infantaria e foram promovidos ao posto de alferes, nos termos do artigo 213.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º, ambos do EMFAR, os seguintes militares:

ASP OF AL 09946102, Carlos Ribeiro Nunes.

ASP OF AL 09601501, Daniel Filipe de Carvalho Gomes.

ASP OF AL 06432900, Nuno Joaquim Rebola Bento.
 ASP OF AL 04259402, Sérgio Miguel Gorjão Marques.
 ASP OF AL 01182499, Paulo Jorge da Rocha Miranda.
 ASP OF AL 06700600, Carlos Eduardo Bernardo Oliveira.
 ASP OF AL 03436100, Manuel Pedro Afonso Viana.
 ASP OF AL 12269101, Hilário Diogo da Silva Costa.
 ASP OF AL 16967799, Valter Mário Mendes Martins.
 ASP OF AL 16147202, Pedro Jorge Arantes Balinha.
 ASP OF AL 02419202, Ricardo Manuel Cavadas da Horta.
 ASP OF AL 06064200, Valter Luís Gonçalves do Vale.
 ASP OF AL 09401300, Rui Pedro Gomes Aguiar Cardoso.
 ASP OF AL 17587800, António Pedro Lopes Monteiro.
 ASP OF AL 05891302, Flávio Vieira Carvalho de Figueiredo.
 ASP OF AL 18786297, Orlando Ferreira Dias.
 ASP OF AL 14668899, Pedro Filipe Vargas Neves.
 ASP OF AL 08593000, Bruno Miguel Paulo Baptista.

Estes oficiais contam a antiguidade no novo posto desde 1 de Outubro de 2007, data a partir da qual lhes são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

Ficam inscritos na lista geral de antiguidade do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 177.º do EMFAR.

8 de Outubro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Óscar Humberto Almeida Megre Barbosa*, COR INF.

FORÇA AÉREA

Comando de Pessoal da Força Aérea

Direcção de Pessoal

Despacho n.º 25 808/2007

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado passe à situação de reserva, por declaração expressa, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 197-A/2003, de 30 de Agosto, e 166/2005, de 23 de Setembro, considerando os n.ºs 5 e 6 do artigo 3.º do mesmo diploma:

Quadro de sargentos MARME:

SAJ MARME SUPRAPP 042231-C, Carlos Alberto da Silva Rosendo — BA 6.

Conta esta situação desde 1 de Outubro de 2007.

2 de Outubro de 2007. — Por subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Américo Vilarinho Fernandes Alves*, MGEN/PILAV.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Despacho n.º 25 809/2007

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, aprovo, após consulta prévia da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, o regulamento de horário de trabalho da carreira florestal do quadro de pessoal civil da Guarda Nacional Republicana, constante do anexo a este despacho.

2 de Outubro de 2007. — O Comandante-Geral, *Carlos Manuel Mourato Nunes*, tenente-general.

ANEXO

Regulamento de horário de trabalho da carreira florestal do quadro de pessoal civil da Guarda Nacional Republicana

Artigo 1.º

Âmbito

O presente regulamento é aplicável a todo o pessoal em efectivo exercício de funções na carreira florestal do quadro de pessoal civil da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Artigo 2.º

Duração de trabalho

- 1 — A duração de trabalho semanal é de trinta e cinco horas.
- 2 — A semana de trabalho é de cinco dias.
- 3 — Todos os dias da semana são considerados dias normais de trabalho, incluindo sábados, domingos e feriados.

Artigo 3.º

Escalas de serviço

1 — Nas escalas de serviço, a elaborar mensalmente pelo responsável de cada equipa de protecção florestal (EPF) e aprovadas pelo comandante do destacamento da GNR em cuja área de acção se desenrola a actividade do pessoal da carreira florestal, devem constar as modalidades de horário de trabalho a praticar, bem como os dias de descanso semanal e descanso complementar e, ainda, as situações de trabalho extraordinário.

2 — Os dias de descanso semanal e de descanso complementar devem ser seguidos, sempre que possível, e coincidir, pelo menos uma vez por mês, com o domingo e o sábado.

3 — As situações de trabalho extraordinário devem ser previamente autorizadas pelo comandante-geral da GNR ou por quem tiver competência delegada para o efeito, excepto as resultantes do cumprimento de imperativos legais, da urgência ou da continuação de acções iniciadas no decurso do período normal de trabalho.

4 — As escalas de serviço a que se refere o n.º 1 deste artigo devem ser afixadas em local próprio para consulta dos interessados, com a antecedência de oito dias.

5 — As alterações às escalas de serviço decididas pelo comandante do destacamento da GNR devem, igualmente, ser comunicadas aos interessados com a antecedência mínima de oito dias, salvo em casos excepcionais, devidamente fundamentados, em que a referida comunicação deverá ser feita com a antecedência de quarenta e oito horas.

6 — Nas escalas de serviço, os períodos de trabalho sucessivos não podem ter entre si um intervalo inferior a doze horas.

Artigo 4.º

Modalidades de horário de trabalho

1 — Ao pessoal da carreira florestal aplicam-se as seguintes modalidades de horário de trabalho:

- a) Horário rígido;
- b) Jornada contínua.

2 — A fixação da modalidade de horário de trabalho depende das tarefas a executar, definidas nas escalas de serviço.

Artigo 5.º

Horário rígido

1 — Ao pessoal da carreira florestal que desempenhe funções administrativas nos quartéis das unidades da GNR aplica-se o horário rígido.

2 — O intervalo de descanso entre os dois períodos diários de trabalho é de uma hora e trinta minutos.

Artigo 6.º

Jornada contínua

1 — A jornada contínua, prevista no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, é praticada no exercício das funções de policiamento e fiscalização da legislação florestal, da caça e da pesca em águas interiores, bem como na vigilância da floresta e na investigação das causas dos fogos florestais.

2 — O período de trabalho diário na modalidade de jornada contínua tem a duração de seis horas e trinta minutos.

3 — O período de descanso a que se refere a disposição legal citada no n.º 1 tem a duração de trinta minutos devendo situar-se, sempre que possível, durante a 4.ª hora do período de trabalho e é estipulado na escala de serviço, o qual, para todos os efeitos, se considera tempo de trabalho.

4 — O tempo necessário às deslocações entre o local de colocação e o local de trabalho é considerado tempo de trabalho efectivo.

5 — A adopção da modalidade de jornada contínua não prejudica o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 111/98, de 24 de Abril, relativamente à remuneração de trabalho nocturno, de trabalho extraordinário e de trabalho em dias de descanso semanal e descanso complementar e em feriados.